

Flexibilização curricular, currículo alternativo e autonomia

Carlos Cardoso - Escola Superior de Educação de Lisboa

A leitura do texto de base ao painel sugere-me comentários em torno de quatro aspectos relacionados com os currículos alternativos: (1) a diversidade e alternativas curriculares; (2) as características do currículo alternativo; (3) os professores face à flexibilização curricular; e as articulações entre (4) flexibilização curricular, currículo alternativo e autonomia.

1. Diversidade e alternativas curriculares

Logo na primeira página do texto (Oliveira, I.; Vieira, A.; Vicente, L. 2001) que serve de base ao painel, há referências que desafiam o essencial dos comentários sobre aspectos determinantes da flexibilização curricular e do currículo alternativo:

O debate em torno dos currículos alternativos tem assumido um cariz essencialmente ideológico...centrar a discussão (...) no aprofundamento da actuação do professor no contexto da actual diversidade escolar.

Emergem com relevância aspectos como: a diversidade escolar como factor que desafia e exige mudanças curriculares; as ideologias (políticas e pessoais) enquanto modos de representar, i.e., pensar a condição das pessoas (alunos), os seus modos de vida, as suas identidades e necessidades e de conceber formas de interacção e acção (educativa) em relação a elas; a acção propriamente dita, enquanto formas de operacionalizar as perspectivas ideológicas dos decisores –sejam políticos, gestores escolares ou professores .

Cada vez mais, a diversidade (étnica, cultural, religiosa, de género, etc.) - para além das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) - constitui uma referência central para a acção das escolas e dos professores. Desde logo, é um valor a preservar e a respeitar nas escolas e na sociedade. Além disso, o desempenho docente de qualidade orienta-se por outros princípios essenciais associados à diversidade: o da universalidade, no sentido em que a educação é um direito básico de todas as pessoas, e o da igualdade de oportunidades, entendida na acepção de que a escola deve procurar proporcionar a cada um as condições necessárias para que possa participar e beneficiar do direito universal a uma educação de qualidade, tendo em conta as suas aspirações, particularidades e capacidades. Estes pressupostos constituem, portanto, os suportes da flexibilização curriculares e das respostas curriculares alternativas ao currículo único. Sem eles não parece possível uma (nova) profissão docente de qualidade.

2. Características do currículo alternativo

Como escrevem as autoras do texto em análise

Os currículos alternativos surgem como um modo potencialmente inovador de construir, adequar, adaptar os currículos perante a diversidade dos alunos.

No entanto, as concepções mais comuns de currículo alternativo deixam-nos a ideia de um currículo menor que só visa resolver os problemas de resistência - por diversos factores - de muitos alunos à escola e à versão oficial do currículo único.

Muito embora essa seja a determinante inicial do currículo alternativo, o investimento nessa concepção de currículo tem, evidentemente, princípios subjacentes e visa finalidades sociais. No que refere aos professores parece uma tarefa - mais uma - a que são chamados para resolver problemas colocados por alguns alunos trazidos pela diversificação e massificação da escola. A ideia de currículo alternativo deve visar finalidades mais valorizadas por quem o frequenta e por quem o promove, independentemente dos níveis de concretização/adesão porque vai passando. Aí reside o carácter potencialmente inovador do currículo alternativo face à diversidade dos alunos.

As autoras questionam a concepção de currículo que subjaz à construção de currículos alternativos. Como todas as expressões da flexibilização curricular, o currículo alternativo é um currículo crítico, pluralista e transformista. Crítico porque resulta de atitudes críticas, em particular dos professores, face à situação desigual dos diferentes grupos na sociedade e na escola e da necessidade de proporcionar mais oportunidades - através da escola - aos mais desfavorecidos. Crítico porque é estruturado no uso da autonomia das escolas e dos professores - de modo alternativo aos cânones curriculares dominantes. Pluralista porque, através de diversas configurações, procura responder a necessidades e interesses de grupos de alunos com diferentes características cognitivas, sociais, étnicas, culturais, etc. Transformista porque o currículo alternativo representa uma forma intencional e organizada de resistência ao efeito, tradicionalmente reprodutor de desigualdades, da escola, visando contribuir para a promoção da condição social dos alunos. Como qualquer solução curricular, o currículo alternativo é, naturalmente, ideológico porque a sua concepção e a sua realização depende fortemente das perspectivas ideológicas de quem o promove e implementa.

A flexibilização curricular e as expressões que esta adquire, expressam modos através dos quais a escola procura atenuar desvantagens que a sociedade causa a muitas crianças e jovens. Mas a escola não pode colmatar todas as insuficiências da sociedade face a essas crianças e jovens! Faz o que pode. A questão central é definir o que pode, de facto, fazer e como. Estou, portanto, contra a ideia pessimista de que os currículos alternativos são segregadores porque podem contribuir para a degradação *da auto-imagem dos alunos que a escola e o sistema não souberam ou não foram capazes de acolher bem...* (segundo as palavras de Sucena referidas no texto). A escola, mesmo sendo parte da sociedade, não pode compensar os males da sociedade. Deve, sim, procurar atenuá-los. Seguramente que a escola será mais segregadora e acolherá maí os seus alunos, se face a condições segregadoras produzidas por factores sociais exteriores e anteriores, não estruturar a sua acção para proporcionar aos alunos, socialmente desfavorecidos, formação e percursos de inserção social tendo em conta a sua condição, capacidades e aspirações. A isto é proporcionar mais e melhores oportunidades. São as possíveis. Persistir na realização do conceito formal (e ideal) da igualdade de oportunidades através de um currículo único para todos alunos é, seguramente, condenar muitos ao insucesso na escola e na vida. As várias formas e níveis de flexibilização curricular e o currículo alternativo, são vias realistas a prosseguir e a aprofundar. Para além de respostas a situações extremas de insucesso escolar, os currículos alternativos devem ser, em primeiro lugar, currículos de equivalência e relevância social. Isto é, devem ter significado e utilidade prática à vista para os alunos a quem se destinam. O sistema deve, no entanto, deixar abertos percursos futuros de continuidade académica para o caso de os alunos virem a reconhecer o interesse nessa continuidade.

3. Os professores face à flexibilização curricular

O discurso em torno da flexibilização curricular e do currículo alternativo envolve diversos actores e muitas condições. O principal actor é, obviamente, o professor; as principais condições envolvem um claro sentido de autonomia curricular e uma profunda adesão a valores humanos estruturantes da cidadania e da multiculturalidade. Dizem as autoras que construir um currículo alternativo exige muito dos professores (e enumeram algumas das tarefas que isso exige. Mas, subjacente à acção de cada professor - e como condição para uma acção convicta e assumida - é esperado que ele tenha perspectivas ideológicas centradas no valor da diversidade dos alunos, no reconhecimento de que ele próprio e a escola podem proporcionar mais e melhores oportunidades aos seus alunos. Mas, em qualquer caso, são condições para ser professor! De facto, um dos núcleos essenciais de uma profissionalidade docente renovada é definido pelas competências para encontrar alternativas de ensino-aprendizagem mesmo em grupos/turmas entendidas como padrão/normais. É esperado que todos os professores sejam "*flexibilizadores curriculares*", As necessidades dos alunos em contextos de diversidade (e, mesmo, a estabilidade profissional e emocional do professor nesses contextos) exigem, cada vez mais, a estruturação de respostas curriculares flexíveis face a esses contextos. E uma macro competência sustentada por outras competências em que se integram dimensões técnicas e ideológicas, Técnicas porque exigem eficácia e correcção nos modos de materializar as respostas curriculares; ideológicas porque implicam a adesão a princípios que sustentam a acção dos professores.

4. Flexibilização curricular, currículo alternativo e autonomia

Para terminar desejaria sublinhar a importância da noção e do exercício da autonomia (da escola e dos professores) enquanto condição para a realização da flexibilização curricular.

O currículo alternativo, como outros conceitos - escola inclusiva, educação intercultural, educação para a cidadania, flexibilização curricular, autonomia - estão associados a medidas legislativas recentes definidoras de condições básicas para mudanças curriculares numa perspectiva de mais e melhores oportunidades educativas para todos os alunos. Embora sejam conceitos e iniciativas já bastante generalizados, têm sido marcados por características que fragilizam os efeitos que eles são esperados. Estão, a meu ver, longe de terem sido apropriados e traduzidos em acções eficazes pela maioria dos educadores e professores.

O facto de permanecerem ainda no sistema, os efeitos da realização de uma escola de massas a sua expressão quantitativa, obscurece e secundariza os aspectos qualitativos - culturais, étnicos, sociais, de género, etc. - trazidos pelo crescimento demográfico da escola. Acentuam-se as expectativas face à escola que exigem o aprofundamento de respostas de qualidade face à diversidade da população escolar e ao seu direito à igualdade de tratamento. Estes apelos colocam em questão concepções e práticas dos professores até então pouco questionadas. Em particular, é esperado que em escolas estatisticamente mais cheias e diversificadas, os professores sejam capazes de responder de forma mais individualizada, considerando expectativas e anseios nascidos em contextos culturais, étnicos, sociais e, até, nacionais muito diversos.

Muita da legislação do ME (relativa por exemplo currículo alternativo, escola inclusiva, educação intercultural, educação para a cidadania, flexibilização curricular, autonomia das escolas, etc), apesar de discutível e, mesmo polémica, contém claros apelos a mudanças qualitativas no sistema. Cumpre, de certa forma, o que é esperado, nestes processos, das políticas: põem em questão a estabilidade das perspectivas e das práticas; desafiam, pressupostos e práticas que, antes, não eram questionados; ajudam a

substituir rotinas herdadas e reproduzidas por novas concepções e práticas para o futuro; apoiam a generalização e sistematização de iniciativas e práticas pontuais. Além disso, a legislação compromete quem a faz.

Mas, é esperado, que a apropriação e a transformação das orientações políticas em acções práticas ocorra nas escolas. Para isso é indispensável que reconheçam e usem a autonomia que possuem. É condição necessária para a adequação das culturas da escola, dos processos organizacionais e curriculares e dos desempenhos docentes, às necessidades educativas específicas, local e individualmente sentidas. Mas, em geral, o sentido de autonomia de escola socialmente apreendido, tende a enfatizar a racionalidade organizacional que, embora importante, é claramente insuficiente. Há sempre o risco de se eternizar neste nível de significação, não ser apropriado pelos professores e, portanto, não servir como factor indispensável para a promoção da qualidade das práticas educativas.

O sentido de autonomia a promover vai desde níveis político-administrativo ao curricular e do gestor escolar ao professor; deve ser suficientemente ampla para permitir flexibilizar a organização da escola, abri-la a novas atitudes - culturas e ideologias - institucionais e profissionais que facilitem a adequação do currículo à diversidade dos alunos, até situações extremas de currículos alternativos, adequados a grupos específicos de alunos que, dadas circunstâncias socialmente determinadas, não encontram respostas satisfatórias às suas necessidades educativas no quadro do currículo único.